



Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.jesussergio@camara.leg.br

- a) A pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFMG, parceira na construção do Memorial da Anistia Política do Brasil, em Belo Horizonte, apresentou prestação de contas informando que foram gastos até o momento R\$ 12 milhões. Qual órgão do governo federal informou à Ministra que foram gastos R\$ 28 milhões na obra, como ela declarou à imprensa?
- b) Apesar das dificuldades administrativas na execução da obra, os órgãos de controle e o Ministério Público Federal sempre indicaram a necessidade da sua continuidade até a conclusão. O orçamento original do projeto foi de R\$ 15 milhões de reais (2010), atualizado para R\$ 25 milhões (2016) e foi gasto até a data de hoje R\$ 12 milhões, faltando R\$ 3 milhões para concluir a obra física. A boa administração pública não recomenda nesse caso um esforço para conclusão da obra que está em sua fase final ao invés de promover a descontinuidade e maior prejuízo ao erário?
- c) O financiamento da obra veio de diversas fontes do Ministério da Justiça que não compreendem o Fundo Penitenciário, conforme alegou a Ministra à imprensa. De onde vem, a informação que esse dinheiro serviria para construção de presídios?



JUSTIFICAÇÃO

Durante o mês de julho do ano em curso o Presidente Jair Bolsonaro desferiu inúmeros ataques verbais contra a Comissão da Verdade criada para esclarecer crimes cometidos durante os 21 anos do regime militar que governou o Brasil.

Dias depois, em 13 de agosto, matéria publicada no site de notícias <https://exame.abril.com.br> informa que a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves foi a Belo Horizonte anunciar que a obra do Memorial da Anistia Política do Brasil não será concluída por falta de recursos de seu Ministério.

Segundo informou o site, “de acordo com a ministra, embora tenha sido inicialmente orçada em cerca de R\$ 5 milhões, a construção do memorial, iniciada em 2009 já consumiu cerca de R\$ 28 milhões”.

Originalmente, a construção do Memorial da Anistia estava a cargo do Ministério da Justiça, pasta que era responsável pela Comissão da Anistia até esta ser transferida, no governo atual, para o ministério comandado por Damare Alves.

É conhecido o posicionamento do atual governo em defesa do regime militar, com críticas contundentes contra os militantes de esquerda que organizaram a resistência ao regime militar e a falta de entusiasmo em promover as reparações na forma prevista em lei, aos que foram atingidos por atos de exceção durante a ditadura militar.

O projeto do Memorial consta de um compromisso que o Estado brasileiro assumiu perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) como uma das medidas de reparação, visando difundir os valores democráticos e trazendo à memória da sociedade os brutais sofrimentos para que nunca mais voltem a ocorrer no Brasil.

O Memorial da Anistia, mais que um museu, é um Centro de Documentação e Pesquisa que contém mais de 70.000 requerimentos com histórias da repressão desde a perspectiva das vítimas, declarado Patrimônio Regional da Humanidade pela UNESCO.

A implantação de uma sede física do Memorial da Anistia segue o exemplo de outros países do mundo que ergueram seus museus de memória e consciência em favor das vítimas (Museu do Apartheid na África do Sul, Museu de Memória do Chile, Espaço Memória da Ex-Esma na Argentina, Museu do Holocausto em Jerusalém, Washington e Berlim, entre tantos outros).

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e peço à Senhora Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 2019.

Deputado JESUS SÉRGIO